

Josué de Castro: os vários legados de um personagem multifacetado¹

Renato S. Maluf
CPDA/UFRRJ

Sinto-me honrado em poder participar de uma sessão dedicada a reverenciar a vida e obra de Josué de Castro em evento comemorativo dos cento e dez anos do seu nascimento, promovido pelo pioneiro Instituto de Nutrição (UFRJ) que ele criou e foi o primeiro diretor. Uma oportunidade, ademais, muito prazerosa de, ao lado de colegas e amigos/os que compartilham desse sentimento, percorrer e celebrar os vários legados de um personagem multifacetado que aprendemos a admirar e a nos beneficiar de seus muitos ensinamentos.

Começo, então, justamente pelas várias facetas de Josué, sem que a ordem em que as enunciarei signifique qualquer hierarquia entre elas. Sabe-se ter sido ele um homem de ciência, porém, de uma ciência voltada para a ação, como foram vários de seus contemporâneos. Não apenas isso, professou uma ciência com rigor e amplitude de olhar que o levaram a incidir em vários campos disciplinares, aliás, compartimentação do saber que transgrediu nas questões que se propôs enfrentar, na busca de instrumental analítico e em sua própria formação profissional.

Seu primeiro livro de grande repercussão, “Geografia da Fome”, dispensaria novos comentários aos inúmeros já feitos, não fosse a pouca valorização de ter sido um estudo pioneiramente ecológico cujo título já expressava ser aquela uma obra adiante do seu tempo pela maneira como apresentou a ocorrência da fome. Seu desdobramento no “Geopolítica da Fome” não apenas ampliou o foco da análise para a escala global, em si uma ousadia, mas demonstrou que a especialidade da fome estava atravessada pela política.

Isto nos leva a outra e destacada faceta de Josué que é a de ter sido um ser político. O episódio mais comumente lembrado a respeito é sua nomeação, em 1952, como Presidente do Conselho Executivo da recém criada Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), posição que sua trajetória anterior mais do que o qualificava para exercer. Poderíamos lembrar também o cientista que denunciou o tabu de falar em fome. Contudo, quero aqui ressaltar o Josué atuante no debate público das grandes questões sociais do seu tempo e em seu país, antes de ser covardemente impedido de permanecer no Brasil pela ditadura militar, já nos primeiros dias do golpe de março de 1964. Refiro-me ao parlamentar que, entre outras ações, travou interessante debate com outro grande personagem do seu tempo e também banido pela ditadura, Celso Furtado, sobre a Operação Nordeste e as

¹ Apresentação feita na mesa redonda “Vida e obra de Josué de Castro – legado e contribuições à ciência brasileira”, durante o evento *Reverenciando Josué de Castro -110 anos do nascimento do cidadão do mundo*, Centro de Ciências da Saúde, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), em 10/04/2018.

diretrizes para superar a condição “atrasada” para alguns, “injusta” para outros, daquela região brasileira.

Por fim, ressalto a faceta do humanista integrante de uma constelação – infelizmente, tornada mais rarefeita com o passar do tempo – de grandes pensadores com formação intelectual e sensibilidade para abordar as carências, tragédias e desafios com os quais se defrontam indivíduos e grupos sociais vulnerabilizados, e também os países. A disposição de enxergar, compreender e atuar no enfrentamento das manifestações da miséria e iniquidades carregava a marca do convívio com a miséria em sua Recife natal registrado numa obra literária, “Homens e Caranguejos”, mas também resultava de princípios éticos que ditaram escolhas e engajamentos ao longo da sua vida, com um custo pessoal altíssimo como sabemos.

Passo, agora, a tecer alguns comentários sobre o legado de Josué de Castro no campo das políticas públicas, atendendo à solicitação dos organizadores dessa sessão. Josué integrou, desde sempre, o campo daqueles que tinham clara visão da importância do papel do Estado e das reformas então chamadas de estruturantes no enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais e na promoção de um desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. Ressalto que o debate com Celso Furtado sobre as alternativas para o Nordeste, acima referido, foi um debate no campo intelectual do desenvolvimentismo. Entre as questões abordadas por ambos estavam uma população classificada como excedente, ou ‘sobrante’ para o ideário da modernização, as repercussões da pobreza física sobre as pessoas que lá vivem há séculos, e as opções produtivas mais adequadas ao Semi Árido.

É sempre importante mencionar uma das contribuições mais ressaltadas de Josué de Castro no que se refere às políticas públicas que foi ter estado, ainda na década de 1950, na origem do que viria a ser instituído como um programa nacional de alimentação escolar no Brasil cuja importância dispensa comentários. Muitas outras menções poderiam ser feitas para fazer jus as suas contribuições relativas à alimentação e nutrição que cobriam o amplo espectro que vai da saúde e nutrição até as dimensões socioeconômica, espacial e cultural subjacentes à condição alimentar e nutricional dos indivíduos, grupos sociais e países.

Gostaria, porém, de visitar um documento de 1953 no qual Josué, ainda no exercício da Presidência do Conselho da FAO, apresentou um programa de dez pontos para vencer a fome. Autores são considerados clássicos justamente por que sua atualidade não está dada pelos diagnósticos e soluções, quase sempre datadas, que possam ter formulado, se não pelo fato de que suas abordagens iluminam nossa maneira de pensar a condição presente, suas raízes históricas e perspectivas futuras. Assim, sem pretender analisar a plena aplicabilidade dos dez pontos no contexto atual, o que seria um anacronismo, faço um breve exercício para cotejar os fatores que Josué considerava nucleares numa estratégia de enfrentamento da fome com a realidade não apenas brasileira, mas de um bom número de países.

A primeira constatação é a de que a maioria dos pontos elencados por Josué permanece como focos de conflitos socioambientais ou como objetivos de busca permanente, mesmo que com contornos distintos. Nessa condição se enquadram o combate ao latifúndio e à monocultura em largas extensões, a intensificação do que chamou de agricultura de sustentação com base na policultura de alimentos em pequenos estabelecimentos e no aproveitamento de terras cultiváveis nas áreas circunvizinhas dos grandes centros urbanos, o apoio ao cooperativismo, a existência de políticas de crédito e garantia de preços mínimos, e a difusão de bons hábitos alimentares.

Cito dois pontos não isentos de alguma controvérsia. Um deles é a proposta de progressiva redução até a completa isenção de impostos sobre as terras destinadas integralmente ao cultivo de produtos de sustentação que, nos dias de hoje, demandaria critérios adicionais em face do grau de concentração atingido pela produção monocultura de produtos agroalimentares. O outro ponto diz respeito à proposta de mecanização intensiva da lavoura que, certamente, expressava o contexto da década de 1950 no qual emergiu o que alguns consideram como a “boa revolução verde”, enquanto que os rumos tomados pela inovação e progresso técnico implicam muitas cautelas e não poucas resistências.

A acrescentar no elenco de pontos de Josué de Castro estaria a questão da formulação e implementação de políticas públicas que, mais contemporaneamente, adquiriu a condição de fator determinante muito além da adequação de instrumentos e técnicas. Refiro-me à evolução na direção de valorizar a participação social, ao lado da perspectiva de integração de programas públicos ou da intersetorialidade das ações em face de fenômenos multidimensionais, como são os casos da fome e da má nutrição.

Por tudo o que disse – e pelo muito que não pude dizer nessa breve apresentação – fica fácil entender por que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), assim que recriado nos primeiros dias do Governo Lula, escolheu Josué de Castro para seu patrono e procurou honrar essa escolha em sua atuação.

Finalizo parabenizando a iniciativa de promover um evento que nos permite retornar aos grandes pensadores do Brasil – de fato, do mundo – que sem pintar quadros róseos ousavam apontar caminhos de construção de uma sociedade mais justa e respeitosa de direitos, como o direito humano à alimentação adequada e saudável. Em especial, pela decisão de realizar o evento num momento em que, em um país golpeado, assistimos incrédulos ao desmonte da ainda incipiente construção de uma sociedade fundada em direitos na qual muitos de nós estávamos envolvidos.